Rotunda — praça ou largo de forma circular, geralmente devido à tipologia da sua estrutura viária — em rotunda. Espaço de articulação das várias estruturas viárias de um lugar, muitas vezes de valor hierárquico diferente, que não apresenta ocupação urbana na sua envolvente imediata. Sempre que reúne funções urbanas e se assume como elemento estruturante do território, toma o nome de praça ou largo.

2 — As vias ou espaços públicos não contemplados nos conceitos anteriores serão classificados, pela Câmara Municipal, de harmonia com a sua configuração e área.

3000217778

Edital n.º 43/2006

Após discussão pública, em cumprimento do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e no seguimento da proposta da Câmara Municipal nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi aprovado, em sessão ordinária da Assembleia Municipal datada de 29 de Setembro de 2006, o Regulamento Municipal para Apoio Social à Habitação, o qual entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

10 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Américo Jaime Afonso Pereira*.

Regulamento Municipal para Apoio Social à Habitação

Preâmbulo

De acordo com o disposto no artigo 64.º, n.º 4, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal participar na prestação de serviços aos estratos sociais mais desfavorecidos, ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central e ainda promover o apoio aos mesmos pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal.

Considerando que, cada vez mais, é imprescindível a participação do município no âmbito da acção social, com vista à progressiva inserção social das pessoas e famílias carenciadas;

Considerando a existência na área do município de Vinhais de agregados familiares a viver em condições sociais desfavorecidas;

Considerando que as habitações destes agregados são muito precárias em muitas situações sem condições de habitabilidade;

Considerando a inexistência de resposta de realojamento para estas situações em habitação social;

Nestes termos, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, em sua reunião de 13 do mês de Março do ano de 2006, submete-se à audiência prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a primeira alteração ao Regulamento Municipal para Apoio Social à Habitação no Concelho de Vinhais, ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 64.º, n.º 4, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 1.º

Os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 10.º e 11.º do Regulamento Municipal para Apoio Social à Habitação, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

[...]

- a)
- b) Residir e ser eleitor no concelho de Vinhais há mais de três anos;
- c) Proprietários da habitação objecto de obras ou titular de qualquer outro direito que lhe permita fazer obras desta natureza onde residam há mais de um ano;
- d)
- e)
- f) (Eliminada.)

Artigo 5.º

[...]

- 1 —
- a)
- b)

c) Atestado de residência comprovando que o candidato reside no concelho há mais de três anos e da composição do agregado familiar;

d) [Anterior alínea e).]

e) [Anterior alínea f).]

f) Certidão actualizada da descrição predial da habitação se existir;

g) [Anterior alínea h).]

h) Declaração sob compromisso de honra do requerente, da veracidade de todas as declarações prestadas no requerimento da candidatura, de como não beneficia de qualquer apoio destinado ao mesmo fim, ou de que o mesmo é insuficiente, e de que não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados nos termos das alíneas anteriores;

i) [Anterior alínea j).]

j) Que cumulativamente com os demais documentos, seja entregue declaração do Instituto de Emprego e Formação Profissional, comprovativa da situação de desemprego, caso o requerente se insira nessa condição.

2 — Quando não seja possível entregar todos os documentos exigidos no número anterior deverão fazê-lo no prazo de 15 dias úteis.

3 — O simples facto de apresentação de uma candidatura não confere qualquer direito.

4 — Os beneficiários não poderão candidatar-se mais do que uma vez, para o mesmo tipo de intervenção, no prazo mínimo de cinco anos.

Artigo 6.º

[...]

1 — As candidaturas apresentadas serão conduzidas pelo Sector de Acção Social, que verificará a regularidade das mesmas, de acordo com o disposto no artigo anterior e elaborará um relatório técnico acerca da situação sócio-familiar.

2 — Posteriormente, será efectuada uma vistoria ao imóvel, de forma a apurar o tipo de intervenção a executar, verificando se o orçamento está de acordo com a necessidade das obras a realizar.

3 —

4 —

Artigo 10.º

[...]

1 — O montante da comparticipação, que poderá ser monetária ou em materiais de construção, não poderá exceder 4000 euros e será calculada da seguinte forma:

Capitação inferior a 75 euros — 100 %;

Capitação entre 75 euros e 100 euros — 90 %;

Capitação entre 100 euros e 125 euros — 80 %;

Capitação entre 125 euros e 150 euros — 70 %;

Capitação superior a 150 euros — 60 %

2 — Os pagamentos serão feitos contra factura, de acordo com os autos de medição e confirmados pelos serviços referidos no n.º 2 do artigo 9.º;

3 —

Artigo 11.º

[...]

1 —

2 — O imóvel não poderá ser alienado ou onerado, no prazo de cinco anos, a contar da data da conclusão das obras, sob pena de ter de indemnizar a Câmara Municipal, pelo dobro da verba despendida, acrescidos dos respectivos juros.»

Artigo 2.º

O Regulamento Municipal para Apoio Social à Habitação é republicado em anexo com as correcções materiais.

Regulamento Municipal para Apoio Social À Habitação

Artigo 1.º

Âmbito

O presente Regulamento estabelece as regras para a concessão de apoio financeiro a fundo perdido, para obras de conservação ou beneficiação em habitações próprias, com carácter permanente, dos indivíduos ou dos agregados familiares mais desfavorecidos, aplicando-se a toda a área do concelho de Vinhais.

Artigo 2.º

Encargos financeiros

Os encargos globais resultantes da aplicação deste Regulamento serão comparticipados por verbas a inscrever, anualmente, no orçamento municipal.

Artigo 3.º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, consideram-se:

- a) Indivíduos ou agregados familiares desfavorecidos — aqueles que auferem rendimentos mensais inferiores a 50 %, *per capita*, do salário mínimo nacional ou que não possuam quaisquer rendimentos;
- b) Rendimentos — valores mensais compostos por todos os salários, pensões e outras quantias recebidas a qualquer título, com excepção do abono de família;
- c) Obras de conservação e beneficiação — reparação de paredes, coberturas pavimentos, tectos, arranjos de portas e janelas, construção ou melhoramento de instalações sanitárias saneamento e electricidade, rede de água, fossas sépticas e a construção de rampas ou outras obras de adaptação destinadas a indivíduos portadores de deficiência.

Artigo 4.º

Condições de acesso

Os candidatos devem reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Cidadãos nacionais ou equiparados, nos termos legais;
- b) Residir e ser eleitor no concelho de Vinhais há mais de três anos;
- c) Proprietários da habitação objecto de obras ou titular de qualquer outro direito que lhe permita fazer obras desta natureza onde residam há mais de um ano;
- d) Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar inferior a 50 % do salário mínimo nacional.
- e) Não pode o candidato ou qualquer membro do seu agregado familiar ser proprietário de outros imóveis, ou titular de rendimentos prediais a qualquer título;

Artigo 5.º

Instrução das candidaturas

1 — As candidaturas ao apoio financeiro ou à realização de obras previstas no presente Regulamento serão formalizadas no Sector de Acção Social, da Divisão Educativa Sócio-Cultural, do município de Vinhais, mediante o preenchimento de formulário especialmente destinado para o efeito, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade, do candidato e dos restantes membros do agregado familiar;
- b) Fotocópia do cartão de eleitor do candidato;
- c) Atestado de residência comprovando que o candidato reside no concelho há mais de três anos e da composição do agregado familiar;
- d) Fotocópia do cartão de beneficiário de cada um dos elementos do agregado familiar ou declaração que o substitua;
- e) Fotocópia da última declaração de rendimentos dos membros do agregado familiar ou certidão de isenção emitida pela repartição de finanças, acompanhado do documento justificativo do rendimento;
- f) Certidão actualizada da descrição predial da habitação se existir;
- g) Fotocópia dos cartões de contribuinte de todos os membros que compõem o agregado familiar;
- h) Declaração sob compromisso de honra do requerente da veracidade de todas as declarações prestadas no requerimento da candidatura, de como não beneficia de qualquer apoio destinado ao mesmo fim, ou de que o mesmo é insuficiente, e de que não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados nos termos das alíneas anteriores;
- i) Orçamento das obras a realizar;
- j) Que cumulativamente com os demais documentos, seja entregue declaração do Instituto de Emprego e Formação Profissional, comprovativa da situação de desemprego, caso o requerente se insira nessa condição.

2 — Quando não seja possível entregar todos os documentos exigidos no número anterior deverão fazê-lo no prazo de 15 dias úteis.

3 — O simples facto de apresentação de uma candidatura não confere qualquer direito.

4 — Os beneficiários não poderão candidatar-se mais do que uma vez, para o mesmo tipo de intervenção, no prazo mínimo de cinco anos.

Artigo 6.º

Análise das candidaturas

1 — As candidaturas apresentadas serão conduzidas pelo Sector de Acção Social, que verificará a regularidade das mesmas, de acordo com o disposto no artigo anterior e elaborará um relatório técnico acerca da situação sócio-familiar;

2 — Posteriormente, será efectuada uma vistoria ao imóvel, de forma a apurar o tipo de intervenção a executar, verificando se o orçamento está de acordo com a necessidade das obras a realizar;

3 — Os serviços mencionados nos números anteriores devem, sempre que necessário, solicitar a colaboração dos serviços competentes da administração central.

4 — Concluído o processo compete à Câmara Municipal, aprovar as obras a executar, competência esta que poderá ser delegada no presidente.

Artigo 7.º

Condições de preferência

Dar-se-á prioridade às famílias que integrem no seu agregado crianças, idosos e indivíduos portadores de deficiência.

Artigo 8.º

Competência

Cabe à Câmara Municipal aprovar as obras a executar e o apoio a conceder com base nas informações dos serviços referidos no n.º 1 do artigo 6.º

Artigo 9.º

Execução das obras

1 — Os beneficiários ficam obrigados a executar os trabalhos de acordo com a candidatura aprovada, no prazo de um ano após a comunicação da aprovação.

2 — A execução das obras será acompanhada pelos Serviços Municipais competentes.

Artigo 10.º

Apoio financeiro

1 — O montante da comparticipação, que poderá ser monetária ou em materiais de construção, não poderá exceder 4000 euros e será calculada da seguinte forma:

- Capitação inferior a 75 euros — 100 %;
- Capitação entre 75 euros e 100 euros — 90 %;
- Capitação entre 100 euros e 125 euros — 80 %;
- Capitação entre 125 euros e 150 euros — 70 %;
- Capitação superior a 150 euros — 60 %.

2 — Os pagamentos serão feitos contra factura, de acordo com os autos de medição e confirmados pelos serviços referidos no n.º 2 do artigo 9.º

3 — Os beneficiários devem apresentar todos os documentos comprovativos da despesa, no valor total da obra.

Artigo 11.º

Penalização

1 — O imóvel objecto de apoio no âmbito do presente Regulamento destina-se exclusivamente à habitação permanente do candidato, e seu agregado familiar, sob pena de ter de devolver à Câmara Municipal de Vinhais as quantias despendidas, acrescidas dos respectivos juros.

2 — O imóvel não poderá ser alienado ou onerado, no prazo de cinco anos, a contar da data da conclusão das obras, sob pena de ter de indemnizar a Câmara Municipal, pelo dobro da verba despendida, acrescidas dos respectivos juros.

Artigo 12.º

Falsas declarações

Perante falsas declarações prestadas pelo candidato a Câmara Municipal de Vinhais, reserva-se o direito de exigir a restituição das verbas despendidas, bem como de adoptar os procedimentos legais julgados adequados.

Artigo 13.º

Isenção de taxas

As obras previstas neste regulamento estão isentas do pagamento de taxas, devendo, no entanto, respeitar o disposto no regime jurídico de licenciamento municipal.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no prazo de 30 dias, a contar da data da sua publicação.

3000217779

JUNTA DE FREGUESIA DE ESTREMOZ (SANTO ANDRÉ)**Aviso**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia na sua reunião ordinária de 31 de Outubro de 2006, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, artigo 2.º, alínea e), a funcionária Célia Cristina Banha Abegão, auxiliar administrativa do quadro de pessoal, foi reclassificada na categoria de assistente administrativa de nomeação definitiva, 1.º escalão, índice 199, da carreira de assistente administrativo, no mesmo quadro de pessoal.

A funcionária dispõe de 20 dias úteis para a aceitação da nomeação, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2006. — A Presidente da Junta, *Maria Bárbara Pacheco do Rosário Caldeira*. 3000219048

**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ****Aviso n.º 5/2006****Renovação de contratos a termo resolutivo**

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação do conselho de administração de 27 de Fevereiro de 2006, foi renovado o contrato a termo resolutivo, pelo período de um de ano, com início em 2 de Março de 2006 e termo a 1 de Março de 2007, ao trabalhador, Heraldo Freire Peixe, agente único de transportes colectivos — ascensor, no âmbito do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e do n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho.

15 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Codinha Antunes Barroso*. 1000308012

Aviso n.º 6/2006**Renovação de contratos a termo resolutivo**

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação do conselho de administração de 27 de Fevereiro de 2006, foi renovado o contrato a termo resolutivo, pelo período de um de ano, com início em 2 de Março de 2006 e termo a 1 de Março de 2007, à trabalhadora, Carmen Luísa Mendes Delgado, revisor de transportes colectivos, no âmbito do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e do n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho.

15 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Codinha Antunes Barroso*. 1000308011

JUNTA DE FREGUESIA DE SELMES**Aviso**

Concurso externo de ingresso para um lugar de auxiliar administrativo da carreira de pessoal auxiliar, nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação da Junta de Freguesia datada de 23 de Outubro de 2006, foi nomeado o

candidato Mário Jorge Pinto Barqueta, para ocupar o lugar de auxiliar administrativo, da carreira de pessoal auxiliar, escalão 1, índice 128, na sequência do concurso externo de ingresso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 45, de 3 de Março de 2006.

Mais se torna público que o candidato deverá proceder à aceitação do lugar, no prazo de 20 dias, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2006. — O Presidente da Junta, *António João Pedras d'Aguilar*. 3000218986

JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE FERREIROS**Aviso****Concurso externo de ingresso**

1 — Nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com a adaptação do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º e de acordo com a deliberação da Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros datada de 17 de Setembro de 2006, torna-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia a seguir à publicação do presente aviso no *Diário da República*, se encontra aberto concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de canalizador, lugar esse que se encontra vago no quadro de pessoal desta Junta de Freguesia.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso são aplicáveis as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com as adaptações do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e o Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho; 238/99, de 25 de Junho; Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e Decreto-Lei n.º 353-A/98, de 16 de Outubro.

3 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Remuneração e condições de trabalho — o vencimento é o correspondente ao escalão e índice fixados nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Setembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro. As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

5 — Prazo de validade do concurso — o concurso é válido para o preenchimento da vaga posta a concurso e cessa com o seu preenchimento.

6 — Local de trabalho — freguesia de Vilar de Ferreiros.

7 — São admitidos ao concurso os candidatos que satisfaçam até ao termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas os requisitos gerais e especiais de admissão:

7.1 — São requisitos gerais de admissão os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e que são:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir a escolaridade mínima obrigatória;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais — conforme o disposto no artigo 12.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Setembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, constitui requisito específico de admissão a concurso um período mínimo de dois anos de formação ou experiência profissional na área para que é aberto o presente concurso, devidamente comprovada.

8 — Conteúdo funcional — é o inerente ao lugar a prover, nomeadamente, as funções constantes no Despacho n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990.